

DOMINIO SEM FIM

Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social, de *Hermínio Martins*. Lisboa: *Edições Século XXI*, 1996, 252 pp. (coleção *Fundamentos*).

Maria Angela D'Incao

A obra reúne quatro ensaios originalmente escritos em língua inglesa em diferentes datas e traduzidos para o presente volume de edição portuguesa. Trata-se de obra básica para os estudiosos de filosofia, metodologia das ciências sociais, sociologia da tecnologia e temas dependentes dessa discussão, como os relativos à questão da preservação ambiental, da ética do desenvolvimento sustentado e do risco da tecnologia, mas não só. Esse conjunto de ensaios sinaliza a mais competente crítica feita, hoje, nas ciências sociais às metodologias e filosofias que têm "encantado" os estudiosos nesse já quase longo período de desencantamento.

Entre os temas que interessam a Hermínio Martins, a discussão da teoria da modernidade é um dos temas centrais de seu pensamento e reflexão. Trata-se, na verdade, da velha questão da mudança social, das transformações e de seus motivos e causas.

Os quatro ensaios contêm um elemento de interrogação constante do autor. Cientista social que é (*lecturer* da Social Studies Faculty, Universidade de Oxford, além de membro do Latin American Centre no Saint Antony's College, Oxford), toma as coisas na extensão de seu tamanho e profundidade, não deixando lacunas e sombras sem ser consideradas no relevo da temática da concepção sociológica das transformações sociais.

Abre esse volume o ensaio "A 'revolução' kuhniana e suas implicações para a sociologia", escrito em 1970, em que Martins oferece ao leitor uma discussão crítica sobre o conceito de paradigma, analisando o modelo de mudança científica de Kuhn. Este, influente teórico entre os cientistas sociais contemporâneos, combina paradoxalmente "o sociologismo com a anti-sociologia, satisfazendo assim, simultaneamente, dois ídolos do tempo mutuamente incompatíveis"; a sociologia de Kuhn "é sociologista na medida em que apresenta algo como uma teoria social do conhecimento científico-natural e salienta a importância do consenso cognitivo por oposição ao individualismo cognitivo. Por outro lado, pode ser

usada como um instrumento ideológico da anti-sociologia, na medida em que a sociologia parece carecer de critérios relativos à maturidade científica — a paradigmaticidade e a revolução" (pp. 74-75). Tanto em termos consensuais como cumulativos, o modelo do consenso cognitivo converge para a visão positivista da ciência, atuando como o equivalente funcional e o substituto do positivismo filosófico. Demonstra Martins que o "efeito Kuhn" é resultante da recepção de Kuhn num meio saturado de positivismo, mas também reflete em parte a substância da análise de Kuhn. De qualquer modo, dentro de uma perspectiva estritamente kuhniana, Martins aponta uma confusão generalizada na aplicação do método nas ciências sociais, em que o *pecado do ecletismo* exerce uma canibalização dos paradigmas existentes, fazendo coexistir a teoria marxista da alienação, a teoria durkheimiana da anomia, a teoria malinowskiana da necessidade da coesão etc., indicando que a difusão desse modelo kuhniano teve como resultado nas ciências sociais a sua corrupção, uma vez que os paradigmas kuhnianos são, por definição, virtualmente monopolistas, hegemônicos e exclusivos. Assim, uma contradição em termos. Martins vai fundo nas críticas às interpretações kuhnianas de mudança científica, debatendo tanto suas fraquezas como a "superabundância de paradigmas", a apologia da metodologia como geradora e guardiã do consenso.

Em "Tempo e teoria na sociologia", escrito em 1974, a segunda parte da obra, Martins alerta para o perigo essencial das tendências do pensamento científico: a negação dos processos sociais nas mudanças e a prevalência do modelo de descontinuidade, em que expressões como "ruptura epistemológica", "mudança de paradigma", "revoluções científicas", "quebra de sistema", e outras, tornam-se centrais. O autor chama de "cesurismo" e de "conceitos cesuriais" o denominador comum dessas expressões que negam o sentido de continuidade histórica e de processos de transformações históricas e a existência de universais. A concepção do "princípio de mudança imanente" prevalece nas interpretações pós-funcionalistas, a exemplo dos paradigmas kuhnianos, que sofrem mudanças decorrentes de suas propriedades endógenas e não de processos históricos. Elegem-se as comunidades nacionais como entidades socioculturais, inaugurando-se uma espécie de "nacionalismo metodológico" (p. 144). Corta-se assim toda a visão da

sociedade e de suas relações recíprocas com o exógeno, isto é, com a possibilidade de se considerar as mudanças que teriam raízes fora da localidade, negando assim a possibilidade de uma abordagem histórica.

A terceira parte do volume abre com o ensaio "Hegel, Texas", que dá nome ao livro, editado em língua portuguesa pela primeira vez no livro *Amazônia e a crise da modernização*¹. Aí analisa as raízes filosóficas da tecnologia moderna, embasamentos e pressupostos teóricos do gnosticismo tecnológico. A razão de ser do desenvolvimento da tecnologia não passa pelas necessidades humanas, mas por uma lógica contida na própria tecnologia. Distante, transcendente da corporeidade humana, a tecnologia vai se afastar cada vez mais da natureza humana. A inteligência artificial — que supõe uma inteligência maior que a do homem, os *softwares* —, as tecnologias reprodutivas e a biotecnologia — que tratam de tornar possíveis seres transgênicos, assexuados, no caso do *clone* — são expressões da negação da natureza humana. A imaterialidade do mundo acaba sendo algo "desejado" pela lógica da tecnologia: uma criação humana para servir ao vazio deixado pela não-proximidade do outro na sociedade, a qual se afasta, cada vez mais, da natureza, mas onde a informação é essencial. Mas, para quê? Para o domínio sem fim, o poder ilimitado.

No último capítulo, "Tecnologia, modernidade e política"², Martins responde, com suas interrogações, que a modernidade criada pela tecnologia reside na busca do poder fáustico, sem fim.

Hermínio Martins, de pouco falar, exilado político por muitos anos na Inglaterra, acumulou belíssimos resultados de reflexão de suas leituras *sem fim* que estão contidos nesse volume. Em uma sociedade onde o falar é positivamente uma regra para o intelectual, Martins acabou marcado pelo sentimento de exclusão que todo estrangeiro e exilado político acaba por cultivar. Ler, ler de tudo, sempre foi a condição de sua sobrevivência como intelectual. Seus textos têm a marca da erudição densa, acumulada em sua vivência, muitas vezes solitária,

na universidade inglesa. Seus diálogos com as teorias são tantos e tão profundos quanto foram os anos de recolhimento político deste cientista social. Suas palavras escritas soariam como rajadas de metralhadora no silêncio da longa noite de exílio, não fossem a generosidade e a elegância com as quais o intelectual universal — português de Moçambique que estudou e teve sua carreira universitária na Inglaterra, com dois anos como jovem professor nos Estados Unidos³ — trata seus interlocutores. Não seria destituído de sentido dizer que a solidão de Martins também se deveu à sua vasta leitura universal não compartilhada, muitas vezes, por seus pares ingleses.

Desse modo, a leitura desse conjunto de ensaios é fascinante porque tem a capacidade de desenhá-lo, de informar ao leitor cada intenção da argumentação teórica colocada em questão. É elucidativa e sobretudo é referência essencial porque se aprende onde estão as dificuldades e as falácias das argumentações de grande parte da, muitas vezes, complicada fundamentação das metodologias, assumidas por nós sem maiores discussões.

Esses ensaios trazem um exemplo de lucidez filosófica e sociológica em um momento da nossa história em que, ironicamente, uma incrível concepção metodológica baseada no corte radical com os desenvolvimentos precedentes propiciou a aceitação, quase universal, da chamada globalização, um processo que só foi possível por um desenvolvimento anterior, histórico, processual.

Assim, somente um embasamento teórico denso, da natureza do contido nesse volume, poderá fazer uma crítica competente às idéias "prometéicas" do neoliberalismo e revelar os objetivos sem fim dessa sociedade despregada da humanidade, na busca do poder infinito.

Maria Angela D'Incao é socióloga, professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia da Unesp/Araraquara e professora visitante no Instituto de Antropologia da UFPa.

(1) D'Incao, M. A. e Silveira, I. M. da (orgs.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994 (col. Eduardo Galvão).

(2) A ser publicado em inglês na coletânea *The Politics of post-modernity* (Cambridge University Press).

(3) No Prefácio, Câmara pontua a dificuldade em classificar a escola do sociólogo Martins.